

LINGUASAGEM

DO YOU SPEAK *ENGLISH*? O (NÃO) FALAR INGLÊS NA DESCICLOPÉDIA

Pedro Ternes FRASSETTO¹

*To speak or not to speak? That's the question.
Shakespeare sobre Língua Inglesa*
Artigo 'Língua inglesa' na Desciclopédia

Resumo

Ouvimos no dia a dia que o inglês é a língua da ciência, é a língua de comunicação entre quaisquer pessoas que não partilhem a mesma língua materna, é, enfim, *a* língua global. Entretanto, coexiste uma negação dessa dominância do inglês, que também encontra respaldo no cotidiano. Com o propósito de investigar *políticas linguísticas ordinárias* e *saberes linguísticos cotidianos* (FERREIRA, 2020a; 2020b) sobre o inglês, este artigo se propõe a analisar como a língua inglesa é significada em dois artigos da Desciclopédia – *Língua inglesa* e *Ingrês* – com foco nas tensões entre falar e não falar inglês. Para tal, serão analisadas as formas como os artigos são escritos, as denominações dadas à(s) língua(s), os espaços onde ela(s) (não) é/são falada(s), suas histórias e aqueles que (não) a(s) falam. Por fim, o inglês global é trazido para a discussão. Adota-se aqui uma perspectiva discursiva da história das ideias linguísticas no Brasil.

Palavras-chave: Políticas linguísticas ordinárias; Inglês; História das ideias linguísticas; Saberes linguísticos cotidianos; Globalização.

Abstract

We hear every day that English is the language of science, that it is the language of communication between any people who do not share the same mother tongue, that it is, in short, *the* global language. However, the denial of this dominance of English also finds support in everyday life. With the purpose of investigating *ordinary language politics* and *everyday language knowledge* (FERREIRA, 2020a; 2020b) about English, this paper aims to analyze how the English language is meant in two articles on Brazilian Uncyclopedia – *Língua inglesa* and

¹ Mestrando em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Bolsista CNPq (Processo: 130672/2020-3) e integrante do projeto e do grupo de pesquisa CoLHIBri (O Cotidiano na História das Ideias Linguísticas do Brasil). E-mail: pedrotfra@gmail.com.

*Agradeço à professora Ana Cláudia Fernandes Ferreira (DL/IEL/UNICAMP), que muito contribuiu para minhas reflexões com suas sugestões para este artigo.

Ingrês – focusing on the tensions between speaking and not speaking English. For this purpose, we analyze the ways in which the articles are written, the names given to the languages, the spaces where they are (not) spoken, their stories and those who (do not) speak them. Finally, we bring global English into the discussion. We adopt a discursive perspective on the history of linguistic ideas.

Keywords: Ordinary language politics; English; History of linguistic ideas; Everyday language knowledge; Globalization.

Introdução

De acordo com Ferreira (2020a, p. 7; 2020b, p. 327), o historiador francês Michel de Certeau, em *A invenção do cotidiano*, de 1980, reflete sobre “as práticas cotidianas do homem ordinário que inventam modos de escapar à conformação de uma razão técnica”. Segundo a interpretação da autora, De Certeau se questiona sobre “o que fazemos com as determinações que nos são impostas” na medida em que ele concebe que os sujeitos exercem, no cotidiano, a *arte do desvio* a essas imposições. Essa prática, todavia, não lhes é transparente, aponta Ferreira (*opus cit.*).

Então, em vista das reflexões sobre língua fluida e língua imaginária de Orlandi (2009), Ferreira transpõe aquele questionamento para o campo da língua e se interroga: *O que fazemos com a língua que nos é imposta?* Segundo a autora, essa arte do desvio à língua imposta se efetua em *políticas linguísticas ordinárias*, isto é, em “práticas inconscientes a partir das quais o sujeito falante desvia de uma língua imposta (pela gramática, pela linguística, pela ciência etc.), para fazer funcionar, numa relação de tensão e contradição, a língua que lhe é negada” (FERREIRA, 2019). Tais práticas fabricam *saberes linguísticos cotidianos*, isto é, discursos sobre as línguas produzidos no cotidiano em relações de contato/confronto entre línguas, sujeitos e espaços (FERREIRA, 2020b). Ferreira e Faria entendem que um saber linguístico cotidiano é

um saber que suscita interesse e curiosidade, e que é movido por afetos, pelo humor, por conflitos, por disputas, etc. Um saber linguístico que não é uno ou unívoco, mas que também não é aleatório. Ele está relacionado a saberes já construídos, legitimados ou não, teorizados ou deixados de lado pelas teorias. Saberes que circulam e que significam, para quem e para além do espaço da ciência. (FERREIRA, FARIA, 2016, p. 594)

No intuito de investigar o funcionamento de *políticas linguísticas ordinárias* sobre o inglês produtoras de *saberes linguísticos cotidianos*, este trabalho se propõe a

analisar dois artigos da Desciclopédia – definida no próprio site como “A enciclopédia livre de conteúdo e que qualquer um pode editar”. A Desciclopédia, enquanto paródia da Wikipédia, se mostra um campo fértil para tal investigação, uma vez que os saberes linguísticos cotidianos muitas vezes funcionam ao lado de saberes linguísticos especializados, tal qual a paródia, que permite explorar a alteridade linguística ao lado da “mesma” língua (FERREIRA, 2020b).

Além disso, na Desciclopédia, o sujeito falante, ao assumir o papel de editor/autor, pode deslocar sentidos e modos de dizer estabilizados e ocupar outro lugar na sua relação com a língua (OLIVEIRA, 2014)², diferentemente do que ocorre em enciclopédias convencionais³. O *discurso lúdico* da Desciclopédia proporciona ao sujeito, no lugar de enciclopedista, “a liberdade de uma escrita que o coloca em posição de saber sobre a língua”, além de possibilitar a colaboração entre interlocutores, visto que se pode ler e editar o que o outro escreveu (*id.*, 2014, p. 271).

Essas descentralização e democratização da produção de saber são próprias de nosso tempo, tendo sido potencializadas pela terceira revolução tecnolinguística (AUROUX, [1998] 2001) e pelo advento das enciclopédias online. Retomando o filósofo francês Michel Serres, Scotta explica que

enquanto até muito pouco tempo estávamos diante de um saber que era formulado por especialistas, por sujeitos autorizados, e diante de uma formulação que se dava em lugares institucionais, atualmente tal cenário estaria passando por transformações. O saber “sólido” elaborado nas “instituições estáveis” daria lugar a um saber “fluido”, “móvel”, elaborado por diferentes sujeitos e em diferentes lugares e suportes. (SCOTTA, 2008, p. 15)

A relevância de se estudar os discursos sobre a língua inglesa advém do fato de estarmos atualmente imersos no discurso da globalização, que, ao promover – “muito naturalmente” – a língua inglesa ao posto de *a* língua global, altera não só as dinâmicas entre línguas, mas também os sentidos de língua, de falante e dos espaços. Assim, os artigos da Desciclopédia selecionados foram dois: *Língua inglesa e Inglês*.

² Em seu texto, Oliveira aborda a relação do falante com a língua no Dicionário informal. Aqui tomo as considerações da autora sobre esse dicionário on-line para pensar o funcionamento da Desciclopédia.

Diversos autores tratam de enciclopédias: Scotta (2008; 2009); Henge (2009); Ferreira (2013); Nunes (2014).

³ “*Discurso lúdico*: é aquele em que a reversibilidade entre interlocutores é total, sendo que o objeto do discurso se mantém como tal na interlocução, resultando disso a polissemia aberta. O exagero é o *non sense*.” (ORLANDI, 2001, p. 154 *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 271).

Mais especificamente, este trabalho visa analisar como se constroem sentidos sobre um (não) falante de inglês em ambos os artigos, considerando as contradições constitutivas do discurso e o humor criado no espaço da Desciclopédia. Portanto, a fim de depreender os funcionamentos discursivos em jogo, será necessário um olhar atento à história, à memória, às evidências produzidas pela ideologia e às *coisas-a-saber*⁵ (PÊCHEUX, [1983] 2002) – tendo em vista que, “são outros os sujeitos responsáveis pelas *coisas-a-saber*” nas enciclopédias virtuais (SCOTTA, 2008, p. 15).

Este trabalho está dividido quatro em partes, além desta introdução. Na primeira parte, *Mas que língua(s) é/são essa(s)?*, serão analisadas as formas como os artigos são escritos, as denominações dadas à(s) língua(s), os espaços onde ela(s) (não) é/são falada(s) e suas histórias. Na sequência, na parte *Quem (não) fala essa(s) língua(s)?*, serão analisadas listas com os nomes de pessoas que (não) falam essa(s) língua(s). Já na parte *E é preciso falar do inglês global*, a questão da globalização é trazida para discussão. Por fim, apresentam-se as considerações finais. Adota-se aqui uma perspectiva da história das ideias linguísticas filiada à análise de discurso.

Mas que língua(s) é/são essa(s)?

Sempre quando escutamos uma língua desconhecida, a primeira pergunta que formulamos é “Que língua é essa?” e esperamos por uma resposta que nos dê um nome, uma denominação que, de preferência, nos remeta ao espaço onde tal língua é falada. Porém os nomes de línguas não são tão transparentes quanto parecem. Nos dois artigos analisados, apesar de seus títulos serem *Língua inglesa* e *Ingrês*, esses não são os únicos nomes empregados para designar a(s) língua(s) de que tratam. No primeiro, coocorrem, principalmente, as denominações “língua inglesa” e “inglês”, sendo que nomes como “estadunidense” e “North American” aparecem apenas uma vez cada. Já no segundo artigo, as denominações têm outra ordem de funcionamento: “ingrês”, “ingrêis”, “engrish”, “ingrish” e “esngrish”.

⁵ Em *O discurso: estrutura ou acontecimento*, Michel Pêcheux afirma que “há ‘coisas-a-saber’ (conhecimentos a gerir e a transmitir socialmente), isto é, descrições de situações, de sintomas e de atos (a efetuar ou evitar) associados às ameaças multiformes de um real do qual ‘ninguém pode ignorar a lei’ – porque esse real é impiedoso” (p. 34-35). Essas coisas-a-saber são “sempre tomadas em redes de memória dando lugar a filiações identificadoras e não a aprendizagens por interação” (p. 54). “Coexistem assim com objetos a propósito dos quais ninguém pode estar seguro de ‘saber do que se fala’, porque esses objetos estão inscritos em uma filiação e não são o produto de uma aprendizagem” (p. 55).

Logo no começo dos artigos, essas denominações já começam a entrar em funcionamento. Abaixo estão reproduzidas as definições iniciais de ambos os artigos:

Língua inglesa	Ingrês
A Língua inglesa é a língua mais falada do mundo moderno (depois do Internetês e do chinês). Ela é a língua oficial dos Estados Unidos da Microsoft, do Brasil, da Inglaterra, da Escócia, do País de Gales, do México do Norte, do Alasca, do Google, do Yahoo, da Jamaica e de outros milhares de países. É um idioma derivado do celta, língua que era falada pelo clube do Celta de Vigo, que, devido à campanha do clube na copa da Espanha, foi extinta para sempre. Além do celta, outra língua pilar do inglês é o germânico, levada por Hitler até às ilhas britânicas, misturando ao celta e formando o idioma que conhecemos hoje como estadunidense.	Ingrês or Engrish is the version in English of the idiom faladed per brazilians and japaneses, his origin commence in school quand the people no sab fallar, but fallam how this same. It is one pouk difficult of understand, but quand the person acostumate ficka easy.

Figura 1 - Definições iniciais nos artigos *Língua inglesa* e o *Ingrês*

Ao lado dessas definições, encontram-se os quadros com informações gerais sobre as línguas, mimetizando o que se faz nos artigos sobre línguas na Wikipédia:

⁶ Textos disponíveis em https://desciclopedia.org/wiki/L%C3%ADngua_inglesa e <https://desciclopedia.org/wiki/Ingr%C3%AAs>.

Língua inglesa	
	Inglês
Inglês	"North American"
Falado em:	Estados Unidos, Resto do Mundo
Total de falantes:	Aproximadamente 65 bilhões (Incluindo colônias americanas em Marte, Júpiter e Alfa Centauro)
Classificação genética:	Latim Anglo-Saxão Inglês Antigo Inglês AB Negativo, genes dominantes por parte do pai Germânico e genes recessivos por parte da mãe Celta
SIL:	EN

Ingrês	
	Ingrês
Ingrês	"Esngriish"
Falado em:	Brazil, Miami
Total de falantes:	mais de 8 mil
Classificação genética:	Latim Anglo-Saxão Inglês Antigo Inglês Ingrês (após ter um caso com o português e o japonês)
SIL:	IN

Figura 2 - Quadros informativos sobre a *Língua inglesa* e o *Ingrês*⁷

O primeiro fato que chama atenção nas definições iniciais dos artigos (Figura 1) e nos quadros (Figura 2) acima é a língua em que são escritos. Enquanto o artigo *Língua inglesa* é escrito em português, o artigo *Ingrês* é escrito no próprio inglês, o que contribui tanto para significar o que é essa língua – uma mistura de português e de inglês – quanto para produzir humor. Ao descrever o inglês em inglês, a paródia cria um efeito de autodeboche, de um rir de si mesmo, que significa a partir de uma memória de sentidos de que falar daquela forma – em inglês – é engraçado. Trata-se de um saber linguístico cotidiano que rotula o inglês como risível, semelhante ao que Ferreira e Faria (2006) observam sobre o mineirês.

A esse respeito, é interessante pensar que, para poder escrever um artigo inteiro em inglês, o(s) autor(es)/editor(es) precisa(m) dominar razoavelmente o inglês, pois pode-se perceber, ao longo do artigo, um emprego adequado de certas regras gramaticais da língua inglesa, notadamente nas seguintes construções: em “idiom *faladed*”, aplica-se a regra de formação de participios passados regulares do inglês, que consiste no acréscimo do sufixo “-ed” ao verbo, a um verbo do português; já em “In English not have false cognate, *which* is a very *ruim* thing of outhers lenguagens”, há não só o uso sofisticado do pronome relativo “*which*”, como também a anteposição do

⁷ Quadros disponíveis em https://desciclopedia.org/wiki/L%C3%ADngua_inglesa e <https://desciclopedia.org/wiki/Ingr%C3%AAs>.

adjetivo “ruim” ao substantivo, regra geral do inglês. Trata-se, portanto, do mesmo *sujeito urbano escolarizado* (PFEIFFER, 2002 *apud* FERREIRA; FARIA, 2016) que Ferreira e Faria encontram nos artigos da Desciclopédia que analisam: um sujeito que “possui um conhecimento linguístico gramatical, a partir do qual se apropria para inventar e descrever, com humor”, o inglês, produzindo um sujeito e uma legitimidade determinados pelo humor (*id.*, 2016, p. 606).

Em contraponto, por ser escrito em português, o artigo *Língua inglesa* parece mais próximo de um artigo enciclopédico não parodístico e o humor parece estar mais ligado aos absurdos ditos ao longo do artigo sobre o inglês – sobre os lugares onde se fala a língua inglesa, sua história e suas características linguísticas – que à forma da língua em si, como é o caso do inglês. Inclusive, o artigo *Ingrês* significa como outro nome de língua, que não o nome *oficializado*, um desvio à nomenclatura ortográfica imposta, ao passo que, no artigo *Língua inglesa*, as denominações “língua inglesa” e “inglês”, sendo nomes de línguas oficializados, recuperam uma legitimidade atestada pelo Estado (*id.*, 2016). Mais especificamente, há um duplo desvio, no sentido de a parodia ser tanto sobre o inglês quanto sobre a grafia “inglês”, o que contribui, contraditoriamente, para reforçar uma divisão entre o que seria inglês e o que não seria, como ficará mais evidente adiante.

É também interessante notar como “estadunidense” e “North American”, que são denominações para sujeitos em relação a determinados espaços, também passam a denominar a língua, a qual significa, portanto, a partir dos sujeitos falantes de um Estado-Nação – os Estados Unidos – e de determinada região de um continente – a América do Norte (e não da Inglaterra). A recorrente tentativa de definir línguas em relação a seus sujeitos falantes e, por consequência, aos espaços ocupados por esses sujeitos é um saber proveniente de uma memória de sentidos ocidental que, como aponta Auroux ([1992] 2009), desde o Renascimento, com as Grandes Navegações e a formação dos Estados-nação, vincula a ideia de língua cada vez mais à ideia de Estado e de nação, de modo que “o nome da língua, o nome do território e nome do povo se decalquem um do outro” (FEDATTO, 2009, p. 324). Esse saber linguístico, que foi se

⁸ Ferreira e Faria (2016) fazem uma distinção entre nomes de línguas *oficializados*, *teorizados* e *inventados*. As autoras lembram que todos os nomes são *inventados*, mas somente os *teorizados* ganham legitimidade pela ciência e apenas alguns são *oficializados* pelo Estado.

constituindo a partir dessa memória ocidental já no início da colonização no Brasil é atuante no cotidiano brasileiro.

Por outro lado, as denominações “ingrês”, “ingrêis”, “engrish”, “ingrish” e “esngrish” são nomes de línguas *inventados* e que, portanto, funcionam na esfera do humor (FERREIRA; FARIA, 2016), remetendo a uma pronúncia estigmatizada para os nomes de línguas *oficializados* – isto é, “inglês” e “english” – devido à transformação do /l/ em /r/ em todas as denominações e à ditongação da vogal tônica final seguida de /s/ na forma “ingrêis”. No capítulo “Unidade e diversidade fonética do português do Brasil”, no livro *Ensaio de Filologia* (1963), o filólogo Silvio Elia reúne os trabalhos de sete outros filólogos entre 1920 e 1953 a fim de nos apresentar um panorama da fala brasileira da época. De acordo com Elia (1963, p. 266-267), o fenômeno de rotacismo em grupos consonantais – como em “broco”, “pranta”, “fror”, “craro” etc. – é “tendência geral”, sobretudo na “classe inculta”, segundo Antenor Nascentes. Elia (1963, p. 239-242) também atesta o “alargamento em ditongo de vogal tônica seguida de sibilante” – tal qual em “vocêis”, “arroiz”, “gáis”, “cuscuiz”, “mais” (por “mas”) etc. – em todas as obras analisadas por ele, especialmente na “linguagem inculta ou semiculta” nas “classes populares”, entre “pessoas de cultura nula”, conforme José A. Teixeira e Elpídio Ferreira Paes.

Na contramão do que apregoam esses filólogos, o rotacismo é um fenômeno linguístico que não só esteve amplamente difundido na língua portuguesa, a ponto de ter sido responsável pela mudança de várias palavras provenientes do latim (BAGNO, [1999] 2003), como também sobrevive na fala de muitos brasileiros, majoritariamente na daqueles menos escolarizados (COSTA, 2007; REIS, 2010; MUNIZ, 2019; SANCHES; GONÇALVEZ, 2020), por conta da normatização imposta pela gramática. Quanto à ditongação de vogais tônicas finais seguidas de /s/, é um fenômeno bastante difundido no Brasil e apenas parcialmente relacionado à escolarização, o que pode até mesmo ser indicativo de uma mudança linguística em curso no português brasileiro (LEIRIA, 2000; ARAGÃO, 2014).

⁹ As obras consultadas por Elia (1963, p. 234-235) foram: I) *A Linguagem dos Cantadores* (1933), de Clóvis Monteiro; II) *A Língua do Nordeste* (1934), de Mário Marroquim; III) *O Falar Mineiro* (1938), de José A. Teixeira; IV) *O Linguajar Carioca* (1953), de Antenor Antunes; V) *O Dialeto Caipira* (1920), de Amadeu Amaral; VI) *Estudos de Dialectologia Portuguesa (A Linguagem de Goiás)* (1944), de José A. Teixeira; VII) *Alguns Aspectos da Fonética Sul-Riograndense* (1938), de Dr. Elpídio Ferreira Paes.

As descrições apresentadas por Elia (1963), que se pretendem como um ponto de vista gramatical e/ou científico, acabam explicando funcionamentos linguísticos a partir de determinados sujeitos em razão de sua (falta de) cultura. De uma perspectiva discursiva, não cabe refletir se tal saber vem necessariamente do discurso científico e/ou gramatical ou se é apenas reproduzido por ele, mas é relevante apontar que, hoje, esse saber sobre os sujeitos, as línguas e, ainda, os espaços passa necessariamente pelo saber da gramática normativa, circulando no cotidiano como uma evidência e, como qualquer saber, sendo (re)produzido pela ideologia.

Retomando a questão do rotacismo e da ditongação nas denominações para a língua no artigo *Ingrêis*, é possível notar que esses funcionamentos, desde o século passado, como se vê nos comentários dos filólogos, são estigmatizados e atribuídos a uma falta de erudição e de cultura. Tais sentidos reverberam nos artigos da Desciclopédia aqui analisados, a partir dos quais é possível considerar que *aqueles que falam o inglês distorcido/corrompido – ou seja, falam (o) “english” ou (o) “ingrish” – são aqueles mesmos que falam o português distorcido/corrompido – ou seja, falam (o) “ingrês” ou (o) “ingrêis”*. Assim, desde as denominações dadas às línguas nos dois artigos, já começam a se delinear os sentidos de quem (não) fala inglês. O funcionamento desse discurso se dá pela evidência de que (i) falar uma língua é falá-la bem e de que (ii) falar bem uma língua estrangeira é falá-la sem a influência de sua língua materna. Falar “ingrêis” (e afins) é “falar errado”, logo, é “não falar”. O que torna possível esse jogo é a memória da gramatização¹⁰ brasileira, pautada na dicotomia entre o certo e o errado. Essa memória da gramatização, no espaço de enunciação brasileiro, lembrando aqui as reflexões de Guimarães (2003), distribui as línguas para seus falantes de maneira desigual (política). Enquanto se faz corresponder à língua oficial a língua nacional, isto é, a língua portuguesa, essas se opõem aos registros coloquiais de pessoas de pouca escolaridade e aos falares regionais pouco valorizados, que são significados como errados (*id.*, 2003) Consequentemente, cria-se uma hierarquia entre os falantes, a qual aparece como uma *coisa-a-saber* no artigo *Ingrês*.

Ademais da questão dos sujeitos falantes, a questão dos espaços onde se fala(m) essa(s) língua(s) é outro ponto de destaque na análise. De acordo com o artigo *Língua*

¹⁰ “Por gramatização, deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, [1992] 2009, p. 65).

inglesa, ela é falada, como consta no quadro informativo (Figura 2), nos “Estados Unidos” e no “Resto do mundo”. Já na descrição inicial sobre essa língua (Figura 1), há uma relevante ambiguidade sintática no segundo período: os complementos elencados podem ser entendidos como estando ligados tanto a “Estados Unidos” quanto a “língua oficial”. Na primeira interpretação, tem-se: “Ela é a língua oficial dos Estados Unidos da Microsoft, [dos Estados Unidos] do Brasil, [dos Estados Unidos] da Inglaterra [...]”. Na segunda, tem-se: “Ela é a língua oficial dos Estados Unidos da Microsoft, [é a língua oficial] do Brasil, [é a língua oficial] da Inglaterra [...]”. Ambas as leituras são possíveis, dado que o caráter parodístico da Desciclopédia possibilita uma liberdade inventiva de leituras.

Pela primeira leitura, entende-se que os “Estados Unidos” listados no item “Falado em:” do quadro informativo (Figura 2) não são os Estados Unidos da América (EUA), mas sim os Estados Unidos “da Microsoft, do Brasil, da Inglaterra [...]” e dos outros locais elencados. A transformação, parodística, de todos os lugares (países e empresas) em “Estados Unidos de X” dá a ideia de que todo lugar pertence aos EUA, remetendo ao imperialismo desse país. Esse sentido é reforçado pela segunda leitura, que coloca a língua inglesa como oficial de todo lugar, parafraseando o “Resto do mundo”, também do quadro (Figura 2). O humor provocado por essa descrição ganha força quando se leva um discurso sobre o imperialismo estadunidense ao extremo, apresentando, ainda no quadro, que a “língua inglesa” possui falantes em “colônias americanas em Marte, Júpiter e Alfa Centauro”, motivo pelo qual o número total de falantes (“aproximadamente 65 bilhões”) é muito superior à população da Terra (por volta de 7,5 bilhões atualmente).

Inspirando-me na análise de Eni Orlandi sobre a música de Arnaldo Antunes (GRIGOLETTO; MARIANI, 2020), é possível também dizer que aqui a afirmação pelo humor funciona como uma espécie de negação: afirmar que a língua inglesa é falada nos “Estados Unidos” e no “Resto do mundo” é, ironicamente, ao mesmo tempo, colocar essa afirmação em questão. É dizer que não (é falada) dizendo que sim, é não poder interpretar nem pelo direito nem pelo avesso, é esticar a linguagem ao seu limite, é desviar da imposição, é resistir:

A ironia tem sido uma maneira de fazer significar o designificado, trazer à tona o incognoscível. O humor sempre se carregou dessa possibilidade. O músico que tem

feito isso é Arnaldo Antunes. Uma de suas músicas é exemplar: *O real resiste*. Você não pode interpretar diretamente, tampouco pelo avesso. Trabalho da metáfora em alto nível de sofisticação, você tem de superar a compreensibilidade. [...] A linguagem, esticada ao seu limite, significa pela dessignificação como resposta ao processo de dessignificação. (*id.*, 2020, p. 260)

Se, por um lado, a “língua inglesa” parece ser falada por todos em todo lugar, o “inglês”, por outro lado, possui falantes mais restritos, pois é falado, segundo o quadro informativo (Figura 2), no “Brazil” e em “Miami”, cidade norte-americana em que há, reconhecidamente, muitos brasileiros, sejam moradores ou turistas. Na descrição do “inglês” (Figura 1), se diz que ele é um “idiom falated per brazilians and japaneses”, logo não seria exclusividade dos brasileiros¹¹. Essa descrição parece mobilizar um saber cotidiano de que turistas brasileiros e japoneses são encontrados em todo lugar do mundo. Isso não é dito no artigo, mas, para que se entenda o humor, é preciso *saber* – trata-se de uma *coisa-a-saber*, portanto – que brasileiros e japoneses não seriam bons falantes de inglês¹², de acordo com discursos cotidianos. Existe aí uma tensão: todos falam inglês, mas alguns falam melhor que outros.

Nesse ponto, a paródia cinde uma língua (o inglês) em duas: uma *mesma* língua (a língua inglesa) e uma língua *outra* (o inglês). Retomando as ideias de Guimarães (2003), aquela é significada como língua nacional (dos estadunidenses), oficial (dos EUA), global (dos outros países), universal (de outros planetas) e, portanto, legitimada (pelo Estado, pela ciência, pela gramática, pela elite); ao passo que esta é significada como regional (do Brazil, de Miami, dos japoneses), franca (do turismo) e, assim,

¹¹

Há, inclusive, um outro artigo na Desciclopédia, intitulado *Engrish*, em que se afirma: “**Engrish** é o segundo idioma oficial falado no Japão, ficando atrás apenas do idioma japonês em número de falantes no país” e “O idioma engrish tem esse nome justamente porque os japoneses não conseguem pronunciar a letra L, sempre trocando por R, japonês *fara as paravra tudo erado né*”. Esses trechos reafirmam o discurso do inglês como distorção/corrupção da língua por falantes não-nativos.

Elenco o título de algumas matérias (acessos em 11 jan. 2021):

- “Brasileiros não sabem falar inglês: apenas 5% dominam o idioma” (<https://oglobo.globo.com/economia/emprego/brasileiros-nao-sabem-falar-ingles-apenas-5-dominam-idioma-6239142>);
- “Apesar de estar no currículo, apenas 1% dos brasileiros realmente fala inglês fluente” (<https://www.moneytimes.com.br/apesar-de-estar-no-curriculo-apenas-1-dos-brasileiros-realmente-fala-ingles-fluente/>);
- “Por que brasileiros não aprendem inglês?” (<https://englishninjas.com/blog/pt/por-que-brasileiros-nao-aprendem-ingles/>);
- “Por que os alunos japoneses não pronunciam inglês adequadamente?” (<https://coisasdojapao.com/2020/09/por-que-os-alunos-japoneses-nao-pronunciam-ingles-adequadamente/>);
- “Why does 'Engrish' happen in Japan?” (<https://japantoday.com/category/features/lifestyle/why-does-engrlish-happen-in-japan>).

deslegitimada. Contudo, é interessante observar a contradição residente no fato de que, ao falar do inglês em inglês, se abre um espaço para essa língua, desviando à imposição da língua inglesa.

Em ambos os artigos, nota-se, ainda, a relevância de como se conta a história da origem dessa(s) língua(s). A “língua inglesa” é dita como “um idioma derivado do celta” e “misturado” ao “germânico” (Figura 1). Há, inclusive, uma seção do artigo, denominada *História*, que relata que “o casamento da mãe celta com o pai germânico” teria dado origem ao “filho pródigo inglês” na Austrália. O filho, ainda pequeno, teria viajado de barco à Inglaterra e, quando adulto, ido à América. Essa explicação da origem da língua se dá pela analogia da árvore genealógica, a qual, advinda da linguística, encontra grande repercussão no cotidiano, a ponto de ser reproduzida em uma paródia de enciclopédia.

Essas histórias genealógicas das línguas parecem ter se vulgarizado nos saberes linguísticos cotidianos – muitas vezes legitimados por saberes especializados – como lineares, com ausência de misturas. A título de exemplo, há o caso do conhecimento tão popularizado no Brasil de que o português *vem* do latim, de modo que se apaga o contato do português com línguas indígenas e africanas em solo brasileiro, e torna direta a descendência latina, conforme analisam Ferreira e Faria (2016). No quadro informativo do artigo *Língua inglesa* (Figura 2), a língua inglesa é significada com uma origem única que apaga tanto o germânico quanto o celta: latim > anglo-saxão > inglês antigo > inglês. Há, também aí, a reprodução de uma memória de linearidade genética. Além disso, ainda que o inglês não tenha vindo do latim, este aparece como o ponto de partida da linhagem. Trata-se de um efeito da memória sobre o(s) autor(es)/editor(es) falante(s) de português – uma língua considerada neolatina pela linguística – que coloca o latim como a língua que deu origem às línguas que conhecemos hoje. Mais abaixo no mesmo quadro, a questão da mistura de línguas comparece, entretanto se diz que o germânico possui “genes dominantes” ao passo que o celta possui “genes recessivos”.

Aqui, embora se diga que uma língua (o inglês) teria vindo de duas (o germânico e o celta), há um efeito de dominância de uma língua sobre outra. Além disso, há a reprodução de uma concepção da história das línguas como parte da história natural, biológica, concepção presente na Linguística Histórica Comparativa desde o século XIX, com suas hipóteses genéticas.

Já no quadro informativo do artigo *Ingrês* (Figura 2), consta exatamente a mesma linearidade genética segundo a qual a língua teria surgido do latim, mas há uma etapa a mais: o “ingrês” viria do inglês “após ter um caso com o português e o japonês”, isto é, aqui também teria havido uma mistura responsável pela mudança da língua inglesa, resultando no ingrês.

No entanto, no corpo do artigo, diferentemente das histórias que costumam colocar a origem das línguas sempre num passado, o ingrês parece ser constantemente reatualizado “pelas pessoas” quando se diz que “his origin commence in school quand the people no sab fallar, but fallam how this same”. Para que se compreenda o humor, parece ser importante – outra *coisa-a-saber* – conhecer o discurso que circula no cotidiano de que *O inglês ensinado nas escolas brasileiras não é bom*¹³, tanto que, em certo momento do artigo, se diz que “para poder speak the corret soultack you need to fazer a Ingrish curso”¹⁴. Assim, o que se afirma é que o ingrês surge na escola, quando as pessoas não sabem falar, mas falam mesmo assim (“but fallam how this same”). Dessa forma, o efeito de sentido é de que o ingrês provém de um inglês mal aprendido. O ingrês, portanto, é um não inglês.

¹³

Elenco o título de algumas matérias (acessos em 11 jan. 2021):

- “É difícil aprender inglês na escola” (<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/e-dificil-aprender-ingles-na-escola-1vaskuywk0zy4qd0wtjg2mhce/>);
- “Por que o inglês da escola não ensina?” (<https://renatamadureira.com/2016/07/25/por-que-o-ingles-da-escola-nao-ensina/>);
- “Escolas públicas sofrem com baixa qualidade do ensino de inglês” (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-11/escolas-publicas-sofrem-com-baixa-qualidade-do-ensino-de-ingles>);
- “Inglês na escola não passa do verbo to be” (https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_educacaobasica/2014/06/30/ensino_educacaobasica_interna.435281/ingles-na-escola-nao-passa-do-verbo-to-be.shtml).

Existe, aliás, um outro artigo na Desciclopédia, intitulado Curso de inglês, em que se afirma: “Em países cujo o idioma oficial não é Inglês é necessário que seus habitantes entrem em um **curso de Inglês** para que possam dominar esse idioma falado por tanta gente com fluência e maestria. O Brasil entra no grupo onde os cursos de Inglês são necessários para sua população ~~letrada e sem cultura~~ que só sabe se comunicar ~~e muito mal por sinal~~ em Português”. Esse trecho, além de corroborar a ideia de que os brasileiros precisam de um curso de inglês para aprender a língua, reforça o discurso de que os brasileiros não sabem sequer português, muito menos inglês.

Quem (não) fala essa(s) língua(s)?

Os dois artigos analisados trazem seções, reproduzidas na figura a seguir, com listas de nomes de pessoas, o que contribui para os sentidos de quem (não) fala inglês.

Artigo <i>Língua inglesa</i>		Artigo <i>Ingrês</i>
<i>Pessoas que falam Inglês</i>	<i>Pessoas que NÃO falam Inglês</i>	<i>Speakers conhecidos of Inglês</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Joel Santana (to pray) • Indies • Oscar Wilde • Temer • Elizabeth II • Bill Gates • Supla • Amaury Jr. • Glória Maria • Joel Santana • Jô Soares • Solange, do Big Brother • Detonator, da banda Massacration • Nhonho (jieeeellloooowww!) 	<ul style="list-style-type: none"> • Você • Lula • Bolsonaro • Eduardo Bolsonaro • Chaves • Sol da novela América • Os americanos da novela América • Os professores de inglês • Metade da população de Miami, Los Angeles e New York • Toda a população do Brasil 	<ul style="list-style-type: none"> • Loola • Daniela Cicarelli • Luciana Gimenez • Joe Soares • Detonator • Joel Santana • Luxemburgo • Squid • Thialfy • Carla Perez • Mr. Creysson • Miley Cyrus • Lidio Mateus • Killer Castor Beans • Big Foot • English Radialist Mester • Cats

Figura 3 - Listas de nomes nos artigos *Língua inglesa* e *Ingrês*

Vale aqui tecer comentários sobre algumas personalidades presentes nessas três listas, apontando para certos funcionamentos discursivos que atuam na construção dos sentidos de *língua inglesa* e *inglês*, bem como de quem (não) fala essa(s) língua(s).

Joel Santana aparece tanto na primeira, *Pessoas que falam Inglês*, quanto na terceira lista, *Speakers conhecidos of Inglês*. O funcionamento de *Joel Santana* na primeira lista, ao colocá-lo como falante de inglês, se dá pela ironia (ORLANDI, 2012)¹⁷, já que seu inglês é, ao menos em sua entrevista que ganhou fama,

¹⁵

Listas disponíveis em https://desciclopedia.org/wiki/L%C3%ADngua_inglesa e <https://desciclopedia.org/wiki/Ingr%C3%AAs>.

Treinador de futebol brasileiro alvo de piadas devido ao “forte sotaque” ao dar uma entrevista em inglês como técnico da seleção sul-africana de futebol ao término de uma partida em 2012 (<https://www.youtube.com/watch?v=BoxA9ghHkOM>). Acesso em 12 jan. 2021.

Na concepção da autora, a *ironia* não é só dizer o contrário do que se pensa, não é desvio, mas sim um *tipo* de discurso que joga entre o estado de mundo já cristalizado (o mesmo, a paráfrase) e outros estados de mundo (o diferente, a polissemia), possibilitando o descolamento de valores de verdade/não-verdade. “A ironia é um acontecimento discursivo que comunica e, ao mesmo tempo, recusa de comunicar, mantendo o estado de dúvida. Ludicamente, e de forma própria, a ironia aponta para o insólito, para o non-sense, para a ruptura”. (ORLANDI, 2012b, n.p.)

incompreensível em grande parte do tempo. Trata-se do mesmo funcionamento de *Solange, do Big Brother*¹⁸. Esse discurso irônico desestabiliza o que se entende por falar inglês, abrindo espaço para outros sentidos. Diferentemente, na terceira lista, *Joel Santana* não figura mais ironicamente na medida em que parece ser, de fato, um falante prototípico do inglês (e não de inglês), tendo em conta que seu inglês com “forte sotaque brasileiro” se identifica com o que muitos chamam de “inglês macarrônico”, caracterização atribuída ao inglês em dado momento do artigo: “A lot Brazilers speak Macarronic Ingrish (as known como spaghetti Ingrish) (or seria Pasta Ingrish?), because the soultack american is very harde of be speaked”.

Já *Jô Soares*¹⁹ (*Joe Soares*), que também aparece na primeira e na terceira listas, funciona diferentemente: elencá-lo na primeira lista não é irônico, uma vez que o apresentador fala, de fato, inglês; e sua inserção na terceira, colocando-o como falante de inglês, não significa necessariamente que ele “fale mal” como *Joel Santana*, afinal, na mesma lista, encontra-se *Miley Cyrus*, cantora estadunidense falante nativa de inglês.²⁰ Provavelmente, a presença de *Joe Soares* nessa lista se deve ao fato de ele ser um brasileiro falando inglês, já que o sentido predominante no artigo *Ingrês* é de que brasileiros não falam inglês, mas inglês.

Ainda na terceira lista, vale salientar a presença de *Seu Creysson*²¹ (*Mr. Creysson*), a qual reforça o sentido já destacado anteriormente de que o falante de inglês é também o falante de um português dito “não-culto”. Com esse mesmo sentido, é notável a presença do ex-presidente *Lula (Loola)* tanto na segunda lista, *Pessoas que NÃO falam Inglês*, quanto na terceira, sendo colocado como falante não de inglês, mas de inglês. O ex-presidente é frequentemente alvo de tentativas de desqualificação por críticas ao seu português, o que está ligado a um preconceito de classe, dada sua origem operária. Assim, novamente o inglês é relacionado a um português “não-culto”.

¹⁸

Participante do *reality show Big Brother Brasil 4* (Rede Globo), em 2004, que ficou famosa por cantar “We are the world” de forma ininteligível (<https://www.youtube.com/watch?v=KWhh8EyKLU>). Acesso em 12 jan. 2021.

²⁰

Apresentador de televisão, humorista, escritor e dramaturgo conhecidamente poliglota.

É preciso ter em mente que aparentes incoerências “se devem tanto pelo fato de que vários sujeitos autores colaboram como editores dos artigos da Desciclopédia e se filiam a discursividades diferentes, quanto pelo fato de que a consistência, a clareza, a coesão etc. não são um pré-requisito para a produção do humor, da paródia, do *nonsense* nesse espaço de produção de saber” (FERREIRA; FARIA, 2016, p. 599).

Personagem fictício do programa *Casseta & Planeta* (Rede Globo) conhecido por “falar errado”, caricaturando uma pessoa de classe socioeconômica baixa.

Na segunda lista, é interessante notar a presença de “você”, “toda a população do Brasil”, “metade da população de Miami, Los Angeles e New York” e “os professores de inglês”. Embora essa seja uma lista do artigo *Língua inglesa*, ela remete aos mesmos sentidos presentes no artigo *Ingrês*: nem os brasileiros sabem falar inglês nem as escolas brasileiras sabem ensiná-los – ou, ainda, os brasileiros não sabem falar inglês *porque* as escolas não sabem ensiná-los. Miami, Los Angeles e Nova York são cidades com grande quantidade de estrangeiros, logo o que se depreende é que esses estrangeiros – e talvez não só os brasileiros e japoneses, como consta no artigo *Ingrês* – tampouco dominam o inglês.

Em suma, a análise dessas listas desvela alguns saberes linguísticos cotidianos, como o de que falar bem inglês equivaleria a falar sem “sotaque” brasileiro. Esse saber linguístico cotidiano se subordina aos saberes da gramática normativa e dos estudos linguísticos mais tradicionais, que prezam pela ortoépia e pelo bem falar. Logo, se (re)produz uma política linguística ordinária “no espaço tenso e contraditório das relações entre *unidade, diversidade, dominação, resistência e domesticação da resistência* (ORLANDI, 1998)” (FERREIRA, 2020b, p. 328). Essas listas ratificam também sentidos que vinham se delineando desde o início dos artigos: a relação entre (não) falar bem inglês e (não) falar bem português. Fica, enfim, evidente como a arte do desvio à língua imposta produz políticas linguísticas ordinárias, que engendram saberes linguísticos cotidianos e sentidos para línguas e sujeitos.

E é preciso falar do inglês global

É fato que o número de falantes de inglês como segunda língua ultrapassou o total daqueles que a falam como primeira língua ²². Por esse motivo, o inglês vem sendo considerado como a língua franca global. “Assim, prontos para o bilinguismo, engolimos o inglês, mas regurgitamos apenas algumas de *suas* partes que, rearranjadas, a partir da lógica de um quebra-cabeça, *nós* (inclusivo) conseguimos reconhecê-lo nos outros *outros*, mas seus mestres não *o* reconhecem em nós” (CARNEIRO, 2018, p. 54, *grifos da autora*).

²²

Ethnologue (2020): <https://www.ethnologue.com/guides/ethnologue200>. Acesso em 15 jan. 2021

Nesse contexto, segundo Carneiro (2018), com o intuito de regular e controlar o que é e o que não é inglês – portanto quem fala e quem não fala inglês – surgiram, na academia, muitas nomenclaturas para diferenciar as várias línguas inglesas, divididas em três grandes grupos: “íngleses mundiais (*World Englishes* - WE), “inglês como língua internacional” (*English as an International Language* - EIL) e “inglês como língua franca” (*English as a Lingua Franca* - ELF). Apesar de esses modelos de línguas, as quais não se sobrepõem ao inglês, terem recebido críticas pertinentes, fomentaram reflexões que conduziram a um novo paradigma, apontando para um rompimento da dicotomia entre “falante nativo” e “falante não-nativo”, para a ruína de um inglês uno e único que emanaria de instituições “anglocentrais da hegemonia global” e para certo questionamento da ideia de que a língua pertenceria a um povo, a uma nação e a uma cultura. Entretanto, lembrando o colonialismo britânico e o imperialismo estadunidense, Carneiro salienta que não se ignorem os interesses econômicos e políticos em se promover o inglês mundo afora, pois as línguas são também instrumentos de dominação.

Essa expansão do inglês está intimamente ligada ao discurso da globalização, como mostram Mariani e Orlandi:

Há um certo discurso político-econômico em circulação proclamando os benefícios e a inevitabilidade da globalização enquanto formação de um mercado mundial único, com uma moeda comum e uma língua comum. [...] Assim, fronteiras linguísticas seriam elementos que impediriam uma integração econômica [...]. Para esse tipo de discurso, uma economia “ideal” supõe uma única língua. A língua franca desse sistema econômico seria o Inglês. [...] Além da menção da necessidade de uma língua única, menciona-se também o fato de já estar em curso uma ‘comunicação global’ com o predominante uso da língua inglesa. (MARIANI, 2008 p. 9-10)

Essa formação ideológica da globalização, a que se agrega o multilinguismo, se constitui de uma contradição entre seu discurso formal universalizante e sua prática concreta de segregação. É uma formação ideológica que, frequentemente, produz a redução das culturas a museus, museifica as relações com línguas locais, se prende a um multiculturalismo empobrecedor, que faz idealmente a apologia da diferença e da multiplicidade, mas impõe, na prática, um monolinguismo fechado que silencia a pluralidade linguística necessária à dinâmica das sociedades e dos sujeitos no mundo. Segundo L. Carroué (2007), como tenho retomado repetidas vezes, a globalização é um processo geo-histórico de *extensão progressiva do capitalismo* em escala mundial e que é ao mesmo tempo **uma** ideologia (neoliberal), **uma** moeda (o dólar), **um** instrumento (o capitalismo), **um** sistema político (a democracia), **uma** língua (o inglês). Mas como diz S. Brunel (2007), a aparente unificação mundial apaga profundas disparidades e, ao fazê-lo, reforça as

desigualdades, tanto no plano espacial como social. (ORLANDI, 2012a, p. 7-8, *grifos da autora*)

É dentro desse discurso que surge o Globish (palavra-valise para *Global English*, isto é, “inglês global”), que, “embora venha do inglês e se manifeste como inglês, caminha para que seja dele desconectado, dele e de qualquer outra língua ou ideia de comunidade, para que pareça ser neutro o suficiente, e seja capaz de ser associado a qualquer povo e cultura” (CARNEIRO, 2018, p. 210). Essa roupagem de neutralidade assumida pelo Globish condiz com a forma política da globalização, “que é a de, justamente, apagar, pelo menos imaginariamente, os limites histórico-políticos e sócio-culturais da relação Estados/Nações” (ORLANDI, 2012a, p. 10).

Retomando os artigos da Desciclopédia, é possível perceber como são atravessados pelo discurso da globalização. Os sentidos presentes no artigo *Língua inglesa* – de uma língua falada por todos em todo lugar – se assemelham ao Globish desvinculado de qualquer língua, povo e cultura, de que fala Carneiro (2018). Nessa esteira, as “pessoas que NÃO falam inglês” (artigo *Língua inglesa*) são significadas como regionais – em oposição ao universal da globalização –, semelhantemente aos “speakers conhecidables of Inglês” (artigo *Ingrês*). Dessa maneira, conforme afirma Orlandi (2012a) na citação acima, se consuma de fato a ideologia da globalização, que, ao impor um monolinguismo silenciador, segrega e aprofunda desigualdades, pois há implicações sociais aos indivíduos que não falam inglês no mundo atual. Afinal, o caso do inglês como língua franca global é uma política linguística que coloca a questão da *dominação* como valor (princípio ético) (ORLANDI, 1998).

Considerações finais

Ouvimos no dia a dia que o inglês é a língua da ciência, é a língua de comunicação entre quaisquer pessoas que não partilhem a mesma língua materna, é, enfim, a língua universal²³. Entretanto, coexiste uma negação dessa dominância do inglês, que também encontra respaldo no cotidiano. Há, portanto, como bem coloca o Shakespeare desciclopediano da epígrafe deste trabalho, uma tensão entre o falar e o não falar inglês, cuja existência ficou visível ao longo deste artigo. As tensões e contradições se manifestam na coexistência de um sujeito universal falante de inglês e de um sujeito brasileiro incapaz de falar (bem) inglês. Logo, estão em jogo, por um lado, o discurso da globalização – impulsionado pela terceira revolução tecnolinguística e impulsionador do poderio da língua inglesa perante as demais, dadas as posições político-econômico-militares dos EUA e da Inglaterra na atual formação social capitalista – e, por outro lado, o discurso do brasileiro que não domina sua língua materna (PFEIFFER; SILVA, 2014) – discurso autorizado pela história da gramatização brasileira – e, portanto, não pode saber falar a língua do outro.

Se, em alguns momentos, os sentidos que circulam nos artigos *Língua inglesa e Inglês* se filiam a discursos hegemônicos afirmadores do inglês como língua global, em outros momentos, eles desviam dessas imposições e negam a dominância de tal língua, construindo uma língua outra, um inglês *outro* dentro do *mesmo* inglês. Joga aí “um fundo falso em que o ‘mesmo’ abriga no entanto um ‘outro’, um ‘diferente’ que o constitui na aparência da mesmidade [...]. Discursivamente é possível vislumbrar esse jogo de prestidigitação pelo qual no mesmo lugar há uma presença dupla, de pelo menos dois discursos distintos” (ORLANDI, 1993, p. 22).

Já na relação com saberes especializados – pensando questionamentos da Linguística e da Linguística Aplicada feitos a dicotomias como certo/errado e nativo/não-nativo –, há, nos artigos, tanto saberes linguísticos cotidianos que se aliam a eles quanto outros que se opõem.

²³

Elenco o título de algumas matérias (acessos em 02 fev. 2021):

- “Como o inglês ultrapassou o alemão e virou a língua 'universal' da ciência” (<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49624127>);
- “Conheça a importância do inglês como forma de comunicação global” (<https://materiais.teddybear.com.br/2018/10/08/conheca-a-importancia-do-ingles-como-forma-de-comunicacao-global/>);
- “Entenda por que o inglês é o idioma mais importante do mundo” (<https://blog.culturainglesa.com.br/ingles/>).

Enfim, em meio a tensões e contradições, os artigos da Desciclopédia aqui analisados efetuam políticas linguísticas ordinárias sobre o inglês, (re)produzindo sentidos para línguas, sujeitos e espaços, logo dividindo-os. Tais políticas passam a significar não só ao lado de tantas outras políticas linguísticas institucionais, como os projetos de internacionalização de universidades brasileiras e o incentivo a publicações acadêmicas em inglês, que buscam promover essa língua, como também em outros espaços de significação. Afinal, “como são práticas desviantes, elas sempre podem encontrar meios de se realizar em *outro lugar* ou de *outro modo*” (FERREIRA, 2020b, p. 4).

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. Ditongação e monotongação nas capitais brasileiras. **Anais do XVII Congresso Internacional da Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL)**, João Pessoa, p. 2089-2101, 2014. Disponível em: <https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/r0395-1.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2021.

AUROUX, Sylvain [1998]. **A filosofia da linguagem**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

AUROUX, Sylvain [1992] **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BAGNO, Marcos [1999]. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2003.

CARNEIRO, Tamara Chagas. **Do Globish ao Googlish: entre línguas e nuvens**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/332596>. Acesso em 04 fev. 2021.

COSTA, Luciane Trennephol. Análise variacionista do rotacismo. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**, v. 5, n. 9, p. 1-29, ago. 2007. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_9_analise_variacionista_do_rotacismo.pdf. Acesso em 04 fev. 2021.

DESCICLOPÉDIA. **Língua inglesa**. Disponível em: https://desciclopedia.org/wiki/L%C3%ADngua_inglesa. Acesso em: 11 jan. 2021.

DESCICLOPÉDIA. **Ingrês**. Disponível em: <https://desciclopedia.org/wiki/Ingr%C3%AAs>. Acesso em: 11 jan. 2021.

DESCICLOPÉDIA. **English**. Disponível em: <https://desciclopedia.org/wiki/English>. Acesso em: 11 jan. 2021.

DESCICLOPÉDIA. **Curso de inglês**. Disponível em: https://desciclopedia.org/wiki/Curso_de_ingl%C3%AAs. Acesso em: 11 jan. 2021.

ELIA, Sílvio. **Ensaio de Filologia**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1963.
FEDATTO, Carolina Padilha. Nós, eles: o pertencimento da língua em Fernão de Oliveira. In: BAURRE, M. Bernadete; PFEIFFER, Claudia; AVELAR, Juanito. (Orgs.). **Fernão de Oliveira: um gramático na história**. Campinas: Pontes Editores, p. 319-329, 2009.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. Discursos sobre Cidades na Enciclopédia “Tradicional”, na Wikipédia e na Desciclopédia: percursos de sujeitos, saberes e línguas. In: DIAS, Cristiane (org.) **Formas de Mobilidade no Espaço E-Urbano: Sentido e Materialidade Digital**. v. 2. Campinas: Labeurb/Unicamp, 2013, p. 20-46. Disponível em: https://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/volumeII/arquivos/pdf/eurbanoVol2_AnaFerreira.pdf. Acesso em 04 fev. 2021.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes; FARIA, Joelma Pereira de. Dialetos/Línguas do Brasil na Desciclopédia. **Revista Rua**, Campinas, v. 22, n. 2, nov. 2016, p. 593-613. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8647951>. Acesso em 04 fev. 2021.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. **A noção de Políticas linguísticas ordinárias**. Aula. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp, 2019.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. O cotidiano na história das ideias linguísticas. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, v. 23, n. 46, p. 4-30, jul./dez. 2020a. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8661675>. Acesso em 04 fev. 2021.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. Saberes linguísticos cotidianos. **Revista Porto das Letras**, Porto Nacional, v. 06, n. 5, p. 324-351, 2020b. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/10399>. Acesso em 04 fev. 2021.

GRIGOLETTO, Evandra; MARIANI, Bethania. Entrevista com Eni Orlandi. **Revista da Abralín**, v. 19, n. 3, p. 247-268, 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1778>. Acesso em 04 fev. 2021.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e política de línguas no Brasil. **Revista Letras**, Santa Maria, n. 27, p. 47-53, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11897>. Acesso em 04 fev. 2021.

HENGE, Gláucia da Silva. **Sujeitos e saberes**: redes discursivas em uma enciclopédia online. Dissertação (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso). Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18443/000729254.pdf?sequence=1>. Acesso em 04 fev. 2021.

LEIRIA, Lúcia Lovato. A ditongação variável em sílabas tônicas finais travadas por /s/. **Organon**, Porto Alegre, v. 14, n.28-29, p. 133-141, 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30201>. Acesso em 04 fev. 2021.

MARIANI, Bethania. Quanto vale uma língua? O apagamento do político nas relações econômicas e linguísticas. **Revista Encontros de Vista**, n. 2, p. 2-12, jul./dez. 2008. Disponível em: http://www.encontrosdevista.com.br/Artigos/QUANTO_VALE_UMA_LINGUA_O_A_PAGAMENTO_DO_POLITICO_NAS_RELACOES.PDF. Acesso em 04 fev. 2021.

MUNIZ, Eliana dos Santos. **O rotacismo na fala de crianças de Santo Amaro – Bahia**. Graduação (Monografia). Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2019.

NUNES, José Horta. A cidade enquanto objeto do discurso enciclopédico. **Revista Rua**, Campinas, v. 20, Edição especial: 20 anos, p. 65-85, 2014. Disponível em: https://www.labeurb.unicamp.br/rua/artigo/capa?publicacao_id=5. Acesso em 04 fev. 2021.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. O Dicionário inFormal e a relação do falante com a língua. **Revista da Anpoll**, Florianópolis, n. 35, p. 262-272, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/784>. Acesso em 04 fev. 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Vão surgindo sentidos. *In*: ORLANDI, Eni (Org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993, p. 11-25.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Ética e Política Linguística. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 1, Campinas, 1998, p. 7-16.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Língua imaginária e língua fluida. *In*: ORLANDI, Eni. **Língua brasileira e outras histórias**: discursos sobre língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009, p. 11-19.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Espaços Linguísticos e seus desafios: convergências e divergências. **Revista Rua**, Campinas, n. 18, v. 2, p. 5-18, nov. 2012a. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638282>. Acesso em 04 fev. 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Destruição e construção do sentido: um estudo da ironia. *Web Revista Discursividades*, n. 9, jan./mai. 2012b, n.p. Disponível em:

<http://www.discursividade.cepad.net.br/EDICOES/09/Arquivos/eniorlandi.pdf>. Acesso em 05 fev. 2021.

PÊCHEUX, Michel. [1983] **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 3 ed. Campinas: Pontes, 2002.

PFEIFFER, Claudia Castellanos; SILVA, Mariza Vieira da. Estado, ciência, sociedade: por entre língua e teorias. **Revista Letras**, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 87-113, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/14426>. Acesso em 04 fev. 2021.

REIS, Gizelly Fernandes Maia dos. Cravícula e carcanhá: a incidência do rotacismo no falar maranhense. **Revista Littera**, São Luís, v. 1, n. 1, p. 33-40, jan./jul. 2010. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/106>. Acesso em 04 fev. 2021.

SANCHES, Romario Duarte; GONÇALVES, Rosilene Miranda. O rotacismo na fala de amapaenses. **Web Revista SOCIODIALETO**, v. 10, n. 29, p. 122 - 140, jul. 2020. Disponível em: <http://sociodialeto.com.br/index.php/sociodialeto/article/view/244>. Acesso em 04 fev. 2021.

SCOTTA, Larissa. **Da enciclopédia enquanto um círculo que se fecha à Wikipédia enquanto uma rede que se abre**: um gesto interpretativo. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9789?locale-attribute=en>. Acesso em 04 fev. 2021.

SCOTTA, Larissa. Da enciclopédia e da Wikipédia: uma leitura discursiva. **Artefactum** - Revista de estudos em Linguagens e Tecnologia, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2009, p. 71-82. Disponível em: <http://artefactum.rafrom.com.br/index.php/artefactum/article/view/15>. Acesso em 04 fev. 2021.

Submetido em: 05/02/2021.

Aprovado em: 15/10/2021.

Como referenciar este artigo:

FRASSETTO, Pedro Ternes. Do you speak *english?* o (não) falar inglês na Desciclopédia. **revista Linguasagem**, São Carlos, v.40, n.01, 2021, p.103-125.